

A Geopolítica de África

Tenente-general PilAv
Eduardo Eugénio Silvestre dos Santos



Introdução

A África é o segundo maior continente do mundo, com cerca de 30 milhões de km², (cerca de três vezes a Europa), cobrindo 22,5% da superfície terrestre. Está rodeada, a Norte, pelo Mar Mediterrâneo, a Oeste, pelo Oceano Atlântico, e a Leste, pelo Oceano Índico, pelo Golfo de Áden e pelo Mar Vermelho. Tem actualmente 54 estados soberanos, mas apresenta uma enorme variedade de povos, sociedades, etnias e religiões (figura 1).



Figura 1 - Mapa político de África.

Não é possível entender a sua história e as suas realidades sem nos determos na diversidade da sua geografia. 40% da sua área é composta por desertos, tendo o maior -

o Sahara - 5,6 milhões de km², quase tão grande como os EUA. O Sahara separa o Norte de África do resto do continente. A Sul deste encontra-se o Sahel (significa “fronteira”, em árabe), uma faixa de estepe arenosa semiárida, que atravessa todo o continente, da Gâmbia à Eritreia, zona de transição entre o deserto e a savana e a floresta tropical (figura 2). À excepção do Norte, o continente desenvolveu-se separadamente da massa eurasiática, em que as ideias e as tecnologias transitaram ao longo dos meridianos e não dos paralelos.



Figura 2 - Mapa físico de África.

Apesar da enorme linha de costa que possui, não tem bons portos naturais e os seus maiores rios são pouco navegáveis, devido às cataratas existentes (Nilo e Zambeze) ou à sua pouca profundidade (Congo e Níger).

África contém as três divindades mortais de Malthus: guerras, epidemias e fome. Com 12% da população mundial, representa apenas 1,5% do PIB mundial, 2% do comércio mundial e 3% do investimento directo estrangeiro. Contém 33 dos 49 países menos avançados, e 36 dos 45 com desenvolvimento humano mais fraco¹. Geopoliticamente, está desqualificada e é mais um sujeito subjugado do que um actor, apesar de uma alteração recente, mais globalizada do que globalizadora.

As civilizações e os impérios

A África foi o berço da humanidade, desde o “*Australopithecus*”² até ao “*homo sapiens*”, de onde irradiou para todo o planeta.

Ao longo da história, várias civilizações e impérios surgiram em África. Antes da invasão do império romano, floresceram as civilizações egípcia, núbica e etíope. Entre os vários impérios africanos posteriores, salientam-se:

- Axum, na região da actual Etiópia (Séc. I-Séc. VII);
- Mali ou Mandingo (Séc. XIII-XVII);
- Kanem-Borum, a Nordeste do lago Chade (Séc. XI-XIX);
- Songhai, na curva do rio Níger (Séc. XV-XVI);
- Grande Zimbabwé (Séc. XVII);
- Lunda (Séc. XVII);
- Ashanti, na região do actual Ghana (Séc. XVIII-XIX);
- Congo, que se estendia pelo actual Gabão, República do Congo, República Democrática do Congo (RDC) e Norte de Angola (Séc. XIII-XVII).

As línguas

A língua é uma maneira de representar o mundo, de construir a cultura e de constituir uma memória. A África tem cerca de 1500 línguas, de importância muito desigual quanto ao número de falantes, conduzindo também a uma grande fragmentação etnolinguística. Certamente por isso, a maioria dos países africanos optaram por escolher a língua do colonizador como língua oficial.

As línguas evoluem. Isto é evidente quando os povos se afastam uns dos outros. Ao traçar a genealogia das línguas, os linguistas conseguem seguir os movimentos dos povos para longe da sua região original. Ao afastarem-se, criam-se novas palavras, novos dialectos até que, embora derivando da mesma língua-mãe, os povos deixam de se entender.

Existem quatro grandes troncos linguísticos em África: o mais antigo, próximo do dealbar da humanidade, é o Khoisan, falado pelos bosquímanos no Sudoeste, à volta dos desertos da Namíbia e do Kalahari, mas outrora mais espalhados e famosos pelo uso de estalidos palatais ou “clicks”; o Nilo-Sahariano, localizado no Sahara Oriental e ao longo do vale do Nilo até aos Grandes Lagos; o Afro-Asiático, trazido pelos árabes (árabe, berbere, línguas etíopes, haussa, etc.); e o Níger-Congo, que ocupa a grande maioria das regiões ao Sul do Sahel, o triângulo Sul de África.

Os exemplos mais notórios do estudo das migrações dos povos através do estudo genealógico das línguas são a expansão dos povos Malaio-Polinésios (até à ilha de Páscoa e ao Hawaii, e até Madagáscar) e a dos povos bantu³ ao longo dos dois terços Sul do

continente africano. As línguas Bantu perfazem 75% do tronco Níger-Congo.

Existe um princípio na Linguística que afirma que a região de maior diversidade linguística é onde as línguas divergem há mais tempo e, portanto, a área onde existia a língua-mãe. Hoje, não existem dúvidas que a área original das línguas Bantu é a do rio Benué, afluente do Níger, na Nigéria Oriental.

Esta região, situada imediatamente a Norte da floresta virgem, colocou desde sempre o problema de como explicar como se processou a migração Bantu para Sul. Como teriam atravessado a selva densa? O processo foi uma lenta dispersão de pequenos grupos, iniciada alguns séculos AC. Alguns, viajando para Leste, ao longo do extremo Norte da floresta até aos Grandes Lagos, e posteriormente para Sul pela savana. Outros, dirigiram-se para Sul, ao longo da costa Ocidental, até à África do Sul. A expansão Bantu foi feita certamente à custa dos povos Khoisan, e também devido à tecnologia do ferro, que lhes dava superioridade nas armas utilizadas.

As religiões

A religião desempenha um papel muito importante em África. As redes religiosas colmatam amiúde o vazio dos estados nos domínios da educação, da saúde, e dos serviços sociais.

As religiões animistas, não reveladas, remetem para a ancestralidade. O ancião, mediador entre os antepassados e os vivos, garante a conformidade da sociedade com o mundo. A natureza tem um carácter sagrado, sobrenatural e ecocêntrico. Os ritos iniciáticos têm um papel essencial.

No século VII, o Islão árabe inundou o Norte de África, isolando os cristãos egípcios (coptas) do resto do mundo cristão, tendo-se estendido ao Sahel e à Nigéria através das caravanas de camelos e dos mercadores. À costa Leste chegou através do Mar Vermelho e do Índico. O cristianismo foi erradicado do Norte de África durante séculos e as rotas comerciais atravessavam o Sahara, de Tombuctu a Meca. Nos séculos XVIII e XIX, o Islão ressurgiu, participando nas lutas contra os colonizadores e, posteriormente, com o apoio da administração colonial, para enquadrar as populações. Em 1880, um terço do continente era islâmico. Após a II Guerra Mundial, o islamismo constituiu uma reacção contra o nacionalismo árabe laico e a modernização ocidental.

O Cristianismo, à excepção das igrejas etíopes, chegou com a acção missionária dos portugueses. Os cultos protestantes, ligados ao abolicionismo e à justiça social, chegaram no séc. XIX. Os missionários foram, juntamente com os militares e os comerciantes, os agentes da colonização. Em 1991, quando a URSS se dissolveu, o “lobby” evangélico americano entrou com força na política externa, claramente influenciado e respondendo ao atentado de 11 de Setembro, com um “espírito de cruzada” para a conversão de muçulmanos. Um dos rostos mais visíveis deste “lobby” foi Michael Horowitz, conhecido

judeu neoliberal fortemente ligado à administração de George W. Bush.

Ao longo do paralelo 10ºN, em toda a África, dois mundos colidem há muitos séculos: o Norte, maioritariamente muçulmano e de influência árabe, e o Sul, negro, cristão ou animista. O colonialismo nada alterou. A recente descoberta de petróleo veio apenas agravar os confrontos. O espaço entre o paralelo 10ºN e o Equador marca o final da aridez do Norte e o início da floresta sub-sahariana, frágil ecossistema em termos de alterações climáticas, aumento de populações e conflitos religiosos.

Em muitos dos estados fracos ao longo do paralelo 10ºN, o conceito de Estado significa muito pouco e os governos são estruturas estranhas. A Nigéria, o Sudão, o Sudão do Sul e a Somália são flagrantes exemplos desta realidade. Nos mapas medievais árabes, o paralelo 10ºN marcava a fronteira do território denominado “*bilad-as-sudan*” (terra dos negros), para além do controlo islâmico. Muitos dos nomes de nações africanas contemporâneas - Guiné, Nigéria, Níger, Sudão, Etiópia - significam, de algum modo, “negro”.

Os problemas entre muçulmanos e cristãos na Nigéria agravaram-se na década de 1960, durante a Guerra do Biafra, quando o Sudeste do país (igbo) cristão quis emancipar-se do Norte (fula e haussa) muçulmano, à custa do petróleo. As divisões intensificaram-se nos anos de 1980, quando o “boom” do petróleo decaiu e a queda da economia levou à violência generalizada. O recurso à religião para alcançar prosperidade é uma resposta natural à corrupção política e à falta de um governo capaz.

O período colonial

Colonização é o processo pelo qual uma população se apodera de um território, ocupa e explora os seus habitantes, submetendo-os ou eliminando-os. O sistema colonial é por vezes reduzido simplisticamente a “3 C”: Civilização, Cristianização e Comércio.

A chegada dos europeus acarretou mudanças profundas em África. Uma das mais indesejáveis foi a doença. Para além das doenças endémicas - doença do sono (tripanossoma), bilharzíase (esquistossomose) e malária - os europeus trouxeram com eles a varíola, a sífilis, o tifo e a tuberculose, para as quais os nativos não possuíam defesas.

A escravatura em África está referenciada desde o séc. III AC. Os mercadores muçulmanos estabeleceram várias rotas para transporte de escravos através do Sahara e do Mar Vermelho. Algumas ONG relatam que existe ainda hoje na África Ocidental (Mauritânia, Mali, etc.).

Em 1480, os portugueses usavam já escravos nas plantações de açúcar em S. Tomé. Em 1532, os primeiros escravos eram levados do Senegal para a Península Ibérica, para a América e para as Caraíbas. A partir do séc. XVII, com o envolvimento de ingleses,

espanhóis, holandeses e franceses, o número de escravos enviados para as Américas cresceu rapidamente. Quase todas as regiões da costa ocidental, do Senegal à Nigéria, estiveram envolvidas no tráfico.

No séc. XIX, o comércio de escravos decaiu rapidamente, por razões humanitárias, mas também porque já não era tão lucrativo como antes. Em 1820, a Libéria foi criada com os escravos devolvidos da América do Norte.

Apesar do poderio dos exércitos coloniais, a conquista esbarrou com dois obstáculos principais. As dificuldades de transporte e as doenças tropicais. No séc. XIX, os exploradores europeus começaram a penetrar no interior de África. Até então, o medo das doenças tropicais tinha prevalecido, mas a descoberta do quinino e a sua eficácia contra a malária acelerou a exploração. Os portugueses Rodrigues Graça e Silva Porto foram pioneiros nessas viagens. Exploradores ingleses localizaram a nascente do Nilo. Stanley, Livingstone e Brazza foram notáveis exploradores, mas os portugueses Serpa Pinto, Henrique de Carvalho, Hermenegildo Capelo, Roberto Ivens e Paiva Couceiro, entre outros, tantas vezes ignorados, têm também um merecido lugar na história. Seguiram-se-lhes os missionários, procurando espalhar a palavra de Deus e apercebendo-se que havia um enorme potencial de conversões.

Os europeus justificaram a conquista das terras africanas afirmando que era seu dever levar a civilização (o “fardo do homem branco”, de Kipling), mas o comércio era a principal razão, na altura em que a Revolução Industrial estava em marcha e a crença na existência de vastas riquezas em matérias-primas e minerais preciosos crescia. A Grã-Bretanha, Portugal, Espanha, França e Holanda detinham impérios há muito, mas as nações recém-unificadas (Alemanha e Itália) queriam também o seu quinhão. Esta “corrida a África” acabaria por ser formalizada, em 1885, na Conferência de Berlim, onde se estabeleceu que as reivindicações territoriais só seriam reconhecidas se a região em questão estivesse “efectivamente ocupada” pela nação que a reclamava. Até aí, a colonização para as grandes potências limitava-se quase à implantação de portos e entrepostos comerciais. A colonização “civilizou” pela imposição e pela violência, impôs um modelo, subordinou as colónias aos interesses dos colonizadores e criou discriminação. O sistema político era caracterizado, se não por um despotismo, pelo menos por um grande arbítrio.

Os europeus trouxeram consigo novas tecnologias que guardaram para si, e levaram tudo o que encontraram de valor, essencialmente recursos naturais e pessoas. A descoberta de diamantes e de ouro na África do Sul, em 1870, foi o “tiro de partida” para os 80 anos que se seguiram. Foi descoberto um riquíssimo filão de cobre (*Copperbelt*) no Congo Belga (RDC) e na Rodésia do Norte (Zâmbia). Na Nigéria e no Senegal exploravam-se amendoins; na Costa do Marfim, Angola, Tanganica, Uganda, e Congo Belga cultivava-se café; o algodão era cultivado no Sudão Francês (Mali e Níger), no Ubangui-Chari (República Centro-Africana - RCA) e no Alto Volta (Burkina Faso), e o cacau na Costa do Ouro (Ghana).

Na I Guerra Mundial, a Grã-Bretanha ocupou as colónias alemãs - Togo, Camarões,

Tanganica (Tanzânia) e Sudoeste Africano (Namíbia). A Itália ocupou a Tripolitânia (parte da Líbia)

Os anos entre as duas guerras marcaram o apogeu do colonialismo em África. Os governadores europeus viram-se muitas vezes forçados a recorrer aos líderes africanos para executarem a política colonial, utilizando frequentemente o suborno para conseguir esse apoio. Em 1931, o governo britânico concedeu a independência à União Sul-Africana, tal como fizera com o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia, ficando integradas na *Commonwealth*. Em 1936, foi a vez do Egipto. No mesmo ano, Mussolini invadiu a Etiópia, a Eritreia e a Somália, tendo posteriormente sido derrotado pelos britânicos, apoiados por quenianos e indianos.

Entre as duas guerras, vários foram os casos de sublevação contra as potências coloniais, nas minas, nos caminhos-de-ferro e nas plantações. As elites africanas que tinham recebido formação no estrangeiro para trabalharem nos governos começaram a questionar a forma como os africanos eram tratados. Tinham regressado a casa impregnados das novas ideias socialistas, ou mesmo marxistas, tendo aquelas passado a ser as filosofias políticas de muitos estados após as independências. Estas foram apoiadas pelos EUA, pela URSS e pelos países árabes.

A II Guerra Mundial foi como o toque de finados para o colonialismo em África. Quando a poeira assentou sobre a guerra, a maioria dos africanos tinha já abandonado os seus modos tradicionais de governo. Muitos africanos tinham combatido ao lado dos europeus e tal fê-los abominar ainda mais o trabalho agrícola e mineiro forçado. Mas a descolonização resultou também de um cálculo custo/benefício que se revelou um fardo crescente para os europeus, num pós-guerra em que ficaram exangues.

As independências

Antes da II Guerra Mundial, existiam apenas três estados independentes em África: Etiópia, Egipto e União Sul-Africana. Quando os europeus desenharam no mapa linhas discricionárias, aleatórias e mentirosas e criaram os Estados-Nação, que maioritariamente compõem ainda hoje o continente africano, estavam a tratar uma enorme extensão de terra com uma numerosa e rica variedade de povos, culturas, costumes e etnias, com muito pouco respeito por qualquer um deles. Uma nação é um conjunto de pessoas que partilham uma comunidade histórica, étnica, cultural, geográfica e linguística, e isso foi totalmente desrespeitado pelos colonizadores que, deste modo, são os maiores culpados dos muitos conflitos que grassam desde então em África, tornando milhões de africanos prisioneiros da geografia política que lhes foi imposta pelos europeus.

As nações africanas nunca foram democráticas, mas um governante era sempre da mesma etnia que os seus súbditos. O legado colonial contém assim duas contradições: criar países de muitas nações e etnias, e de lhes inculcar ideias de democracia e

autodeterminação.

A identidade étnica ainda perdura na maioria dos países africanos. Embora as fronteiras sejam reais e legais, elas não existem na mente da maioria das gentes que vivem dentro e em redor delas. A decisão dos líderes africanos pós-coloniais de não alterarem as fronteiras coloniais baseou-se no receio de suscitarem conflitos futuros. De qualquer modo, como se sabe, tal não foi evitado de todo. Os conflitos étnicos posteriores são a prova provada que a ideia europeia de geografia não correspondia à realidade africana. A RDC é o exemplo mais flagrante do fracasso das linhas traçadas pelos europeus. É o exemplo típico de como a imposição de fronteiras artificiais leva a um estado fraco e dividido, devastado por conflitos internos e cuja riqueza mineral o condena à exploração externa.

A Grã-Bretanha e a França pareciam resignadas a uma eventual independência das suas colónias africanas. As ex-colónias britânicas integraram-se na *Commonwealth* e a França geriu a transição constituindo a Comunidade Franco-Africana, ao passo que Portugal tentou segurar o império à custa de guerras contra os movimentos independentistas.

Em 1954, a Grã-Bretanha concedeu a independência ao Sudão. Em 1957, foi a vez da Costa do Ouro, assumindo o nome de Ghana. Em 1960, 13 colónias francesas da África Ocidental e Central tornaram-se também independentes. Em 1962, após uma guerra sangrenta, foi a Argélia a consegui-la.

Várias independências geraram imediatamente lutas internas, entre elas a RDC (ex-belga) e a Rodésia (Zimbabwé).

Os recursos

África afirma-se cada vez mais como uma reserva estratégica de matérias-primas minerais e hidrocarbonetos. Muitos dos novos países são exportadores de petróleo e gás (Argélia, Líbia, Mauritânia, Mali, Níger, Costa do Marfim, Nigéria, Camarões, S. Tomé e Príncipe, Gabão, Guiné Equatorial, RDC, Angola, Moçambique, Namíbia e Madagáscar). O sector mineiro africano é responsável por ^{2/3} dos diamantes em bruto mundiais (Botswana, África do Sul, Angola, Namíbia, Serra Leoa, Costa do Marfim). Existe ouro no Mali, Burkina Faso, Ghana, RDC, Tanzânia e África do Sul. Níger, Namíbia e África do Sul são ricos em urânio. A “cintura do cobre” (*Copperbelt*) estende-se por RDC, Zâmbia e Botswana.

Contudo, todas estas riquezas são menos um factor de desenvolvimento do que um factor de desestabilização das sociedades e de esbanjamento gerador de efeitos perversos e de conflitualidade.

Os conflitos

Os recursos naturais estão na base de muitos conflitos, tensões e instabilidade. Um estudo da ONU de 2009 revela que 60% dos conflitos internos são devidos aos recursos naturais, nomeadamente à “maldição do petróleo” (Angola, Sudão, Nigéria, etc.) e aos “diamantes de sangue” (i.e., Nigéria, Angola, Sudão, Libéria, Serra Leoa e RDC). No entanto, há tensões seculares não resolvidas, nomeadamente étnicas (i.e., tutsis e hútus no Ruanda e no Burundi) e religiosas (i.e., Nigéria e Sudão), atizados e instrumentalizados pelos poderes, que agudizam os conflitos. Estes, estão tanto ou mais presentes quanto mais os sistemas de açambarcamento das riquezas pelos titulares do poder não deixa espaço a qualquer redistribuição.

Em linhas gerais, os conflitos fronteiriços ou secessionistas resultam de:

- história antiga que remete para unidades sócio-políticas diferentes das actuais;
- acesso aos recursos e sua redistribuição;
- fronteiras imprecisas; e
- instrumentalização e apoio às forças rebeldes ou secessionistas por parte de actores externos.

Apresentam-se em seguida quatro exemplos que ilustram bem o que ficou referido atrás: RDC, Nigéria, Sudão e Angola.

A RDC é um “escândalo geológico”. Com riquezas importantíssimas no subsolo, não tem todavia qualquer controlo sobre parte considerável do território, e pouco sobre as riquezas que atraem a cobiça dos Estados vizinhos e dos grandes grupos multinacionais que beneficiam da ausência de um Estado de direito. A economia informalizou-se e criminalizou-se. A RDC continua a ser o epicentro de conflitos ligados a causas étnicas e económicas e o Estado tem sido incapaz de assegurar as suas funções soberanas.

A Nigéria é um ‘gigante com pés de barro’, caracterizado por uma grande instabilidade, e atravessado por diversas fracturas, económicas, étnicas e religiosas. É casa de quatro das maiores etnias do continente, todas com mais de 10 milhões de pessoas: os haussa, muçulmanos, a Norte; os iorubá, animistas, a Sudoeste, os ijô e os igbo, cristãos, a Sul e Sudeste. Desde a “Guerra do Biafra”, na década de 1960, em que os igbo pretenderam separar-se, o país tem vivido uma série quase ininterrupta de conflitos, devidos essencialmente à localização do petróleo, a Sul, e à tentativa permanente de subjugação dos cristãos pelos muçulmanos, mais intensa depois de 2001, através do grupo fundamentalista Boko Haram (a educação ocidental ou não-islâmica é um pecado).

O Sudão localiza-se na charneira entre o mundo árabe e o negro-africano. Era, antes da independência do Sul, o maior país de África. O conflito do Darfur, travado entre o governo e a população não árabe, a partir de 2003, fez mais de 200000 mortos pela violência e pela fome. O contencioso entre o Norte e o Sul tem a ver com a descoberta do

petróleo no Sul, onde reside a minoria negra, não muçulmana, a delimitação da fronteira e a partilha de recursos. Tudo isto é acicatado pela China, que detém 40% das explorações petrolíferas. A mesma linha de fractura entre a África branca e a África negra transborda também aos países limítrofes, Chade e RCA.

Angola é outro exemplo bem nosso conhecido. Quando se iniciou a guerra de guerrilha e, posteriormente, após a independência, os partidos formaram-se, antes e acima de tudo, por semelhanças étnicas: FNLA - bacongos, MPLA - mbundus, e UNITA - ovimbundus. Para lá do controlo das riquezas do país, estava em jogo o domínio de uma etnia sobre as outras. Para além do petróleo e dos diamantes, Angola possui jazidas de ferro, manganês, chumbo, estanho, ouro, prata e platina. A corrupção tem grassado e a riqueza tem sido acumulada por uma pequena franja da sociedade e canalizada para fora do país, cuja maioria da população vive com menos de US\$2 por dia.

No final de 2010, iniciou-se na Tunísia o fenómeno posteriormente denominado de “Primavera Árabe”. Este fenómeno de contestação estendeu-se rapidamente a toda a África árabe e originou a deposição de três chefes de estado: Ben Ali (Tunísia), Mubarak (Egipto) e Khadafi (Líbia), todos no poder há mais de 24 anos. As razões apontadas para tal são a liderança ditatorial, a violação de direitos humanos, a corrupção governamental e factores económicos, tais como o encarecimento dos alimentos, o desemprego e a pobreza.

A economia

África dispõe de um fraco poder financeiro, de mercado e de regateio nas negociações bilaterais ou multilaterais. Tem pouco peso no investimento e no comércio mundiais, nas bolsas, na tecnologia e na investigação. Os Estados têm uma fraca margem de negociação perante as empresas multinacionais. O sistema financeiro africano desenvolveu-se em ruptura com a sociedade. Os mercados financeiros são embrionários ou inexistentes. Os Estados e as empresas públicas são os únicos e principais beneficiários dos sistemas financeiros.

Os governos saídos das independências tiveram de, ao mesmo tempo, construir estados, controlar parte dos centros de decisão económica, efectuar a cobertura do território, gerir explosões demográficas e tentar escolarizar as populações. Entraram assim numa espiral de endividamento.

O crescimento económico é diferente entre os países exportadores de produtos do subsolo e aqueles importadores de petróleo ou de produtos alimentares, e está dependente dos preços globais dos minerais e da energia.

A evolução económica da maioria dos países africanos depende prioritariamente dos fluxos das matérias-primas, das estratégias das multinacionais e da segurança do acesso a elas. Assim, as potências regionais são mais potenciais do que efectivas, à excepção da

África do Sul.

O Ghana, “bom aluno do Banco Mundial”, fez grandes progressos nos domínios da escolarização, do controlo da natalidade e na desigualdade de rendimentos. O Quênia tem sido o motor da África Oriental. O chá, o café, a madeira e o turismo são os principais recursos. Angola vive ao ritmo dos fluxos do petróleo, ainda marcada pela guerra civil e com um dos mais baixos índices de desenvolvimento humano. O mesmo acontece com o Níger, que está entre os 10 países mais pobres do mundo, e que possui petróleo, ouro, urânio e carvão.

A Etiópia, que é autónoma em alimentos e energia, poderia ser o centro de estabilidade regional. Não o tem sido devido aos conflitos étnicos internos. A Etiópia tem nove grandes grupos étnicos na sua população. Falam-se várias dezenas de línguas que gozam todas de reconhecimento oficial. Os Oromos são o maior grupo (35%), seguidos pelos Amáricos (27%), Tigrés e Somalis (cada um com 6%). Os Tigrés têm sido os mais reivindicativos, exigindo maior autonomia e participação na governação.

A água define a posição e a importância geopolítica da Etiópia. O país tem vários grandes rios (entre eles o Nilo Azul), cuja maioria abastece os países limítrofes, dando-lhe enorme vantagem política sobre eles. É o “reservatório de água” para todos os países que dependem do rio Nilo, desde o Burundi e a Tanzânia, até ao Egipto, com reflexos evidentes na sua segurança.

Em termos gerais, podemos dizer que as economias africanas continuam confrontadas com inúmeros problemas, entre eles:

- dependência quase exclusiva das exportações de recursos naturais, numa lógica de economia da renda;
- ausência ou fragilidade de base industrial e desvalorização do capital (importações vs. investimento industrial);
- fraca taxa de poupança e de investimento e esbanjamento do capital;
- reduzida cobertura das necessidades alimentares essenciais;
- configuração geográfica (acessos muito difíceis).

Conclusão

Após a queda do Muro de Berlim, a África deixou de ser a aposta ideológica que foi durante a “guerra fria”, voltando a tornar-se estratégica pelas suas matérias-primas e biodiversidade. Sessenta anos após as independências, o fenómeno da colonização está a regressar, embora de um modo mais subtil. Os seus objectivos, contudo, são exactamente os mesmos do séc. XIX: os seus ricos minerais! Gás, petróleo e diamantes são o objectivo

das grandes multinacionais. O comércio com a China decuplicou na última década, sobretudo com os produtores de petróleo, mas as explorações mineiras são também contempladas.

Entretanto, as sociedades africanas têm de gerir a duplicação da sua população até ao ano de 2030, têm de reconstituir os ecossistemas, realizar os investimentos necessários ao crescimento, sabendo-se que, em sociedades em que o Estado-nação continua em construção, a crise económica reforça a sua desagregação.

Três aspectos principais caracterizam a geopolítica de África:

- fragmentação e disparidades entre regiões e países;
- conflitos internos, encorajando o separatismo;
- a cobiça estrangeira;

A questão fundamental é, então, qual a correlação que existe entre a abundância de recursos naturais e a fragmentação, os conflitos permanentes e a cobiça.

Podemos imaginar quatro cenários geopolíticos para África:

- uma África dessincronizada do mundo, com necessidade de muito tempo para gerir os desafios que advêm da impossibilidade de se inserir no mundo actual e realizar a sua própria “revolução industrial”;
- uma África inserida na economia mundial, através de reformas liberais que a tornem competitiva, produtiva e democrática, sendo a economia impulsionada do exterior;
- uma África reorientada para os mercados nacionais e regionais, com o aparecimento de empreendedores africanos ou da diáspora, com apoios ao nível tecnológico;
- uma África aliada a novos parceiros emergentes (i.e., China e Índia) e retracção da influência europeia, num mundo multipolar, com um modelo de crescimento liderado pelas exportações.

A evolução da África continuará dependente em larga escala do seu lugar na economia mundial. Tal traduzir-se-á pelo aumento do nível educacional, do progresso nas tecnologias de informação, da tecnologia industrial e da competitividade dos produtos.

Bibliografia

GRISWOLD, Eliza - “The tenth parallel”, FSG, New York, 2010.

HUGON, Phillippe - “A Geopolítica de África”, Escolar Editora, 2015.

KERR, Gordon - “Uma breve história de África”, Bertrand, 2013.

MARSHALL, Tim - “Prisioneiros da Geografia”, Editora Desassossego, Porto Salvo, 2016.

MARSHALL, Tim - “O poder da Geografia - dez mapas que revelam o futuro do mundo”, Editora Desassossego, 2021.

MARSHALL, Tim - “A era dos muros”, Editora Desassossego, Porto Salvo, 2018.

Policy Center for the New South - [africa's-national-resources-and-geopolitical-realities.html](#).

[1](#) Os países menos avançados definem-se pela combinação de três critérios: rendimento fraco, fraco capital humano e vulnerabilidade económica. O índice de desenvolvimento humano combina o rendimento *per capita*, a taxa de alfabetização e a esperança de vida.

[2](#) Literalmente, “macaco do Sul”.

[3](#) Bantu - ntu - pessoa + ban - prefixo plural = povo